



# OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EM DECORRÊNCIA DO COVID19: FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA OU DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

---

Tatiane Rodrigues de Souza  
*Universidade Federal de Jataí*

Juliana Abadia do Prado Soares  
*Universidade Federal de Jataí*

Evandro César Clemente  
*Universidade Federal de Jataí*

## Resumo

A crise pandêmica escancarou desigualdades existentes no Brasil, sobretudo, no sistema educativo, boa parte das crianças e jovens foram marginalizadas pelo poder público que, ao criar a “solução” de aulas remotas trouxe à tona as disparidades socioeconômicas, tornando-se mais evidente que a educação formal de qualidade, ainda é privilégio apenas para as classes dominantes. Objetiva-se discutir os desafios encontrados pelos professores e pais/responsáveis na prática educativa no período de isolamento social. Para análise de dados realizou-se pesquisas bibliográficas e aplicação de questionários e entrevistas com a participação de docentes e responsáveis dos alunos em municípios do estado de Goiás. Identificou-se que embora a situação reforce de imediato aos interesses empresariais/neoliberais em ampliar a oferta da EaD na Educação Básica, contraditoriamente, os variados problemas e falhas desta modalidade que ficaram visíveis em razão da pandemia no médio e longo prazo tendem a contribuir para fortalecer a importância dos espaços educativos e as ações pedagógicas presenciais dos educadores.

**Palavras-chave:** Educação EaD, Pandemia, Professores, Pais ou responsáveis.

# LOS RETOS DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA DEBIDO AL COVID 19: ¿FORTALECIMIENTO DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA O DE LOS ESPACIOS EDUCATIVOS?

---

## Resumen

La crisis pandémica abrió las desigualdades existentes en Brasil, especialmente en el sistema educativo, una buena parte de los niños y jóvenes fueron marginados por el poder público que, al crear la “solución” de las clases a distancia, provocó discrepancias socioeconómicas; volviéndose más evidente que la educación formal de calidad sigue siendo un privilegio solo para las clases dominantes. El objetivo es discutir los desafíos que enfrentan los maestros y padres/tutores en la práctica educativa durante el período de aislamiento social. Para el análisis de datos se realizaron investigaciones bibliográficas, aplicación de cuestionarios y

entrevistas de profesores y responsables de estudiantes de municipios del estado de Goiás. Se identificó que, si bien la situación refuerza de inmediato los intereses empresariales/neoliberales en ampliar la oferta de Educación a Distancia en Educación Básica; contradictoriamente los diversos problemas y fallas de esta modalidad se visibilizaron debido a la pandemia a mediano y largo plazo contribuyendo el fortalecimiento de la importancia de los espacios educativos y las acciones pedagógicas presenciales de los educadores.

**Palabras-clave:** Educación EaD. Pandemia. Profesores. Padres o tutores.

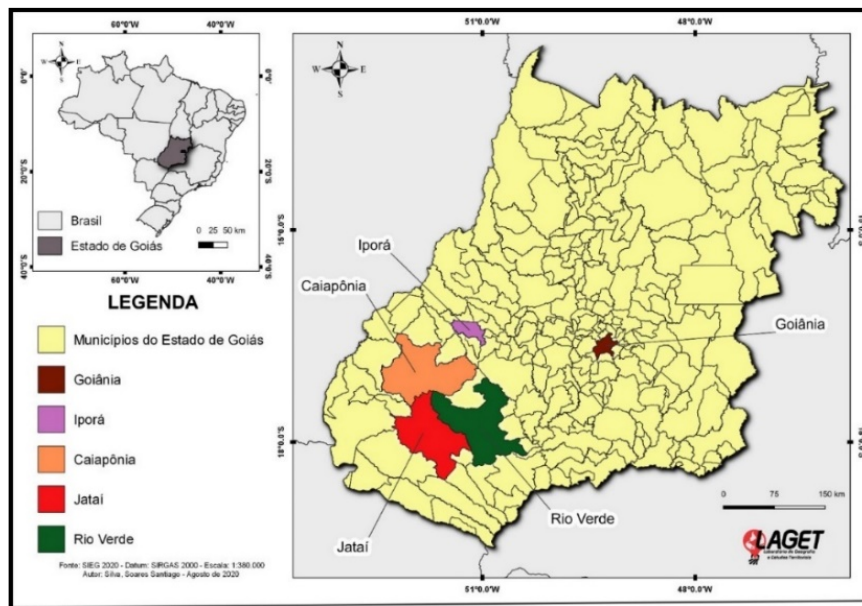
## INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 tem contribuído para reforçar os preceitos neoliberais, acentuando e marginalizando as classes subalternas. Frente a esta situação inusitada, de grandes incertezas e angústias geradas pela necessidade de isolamento social, as famílias encontram-se diante da crise do desemprego, da redução dos salários e de problemas emocionais. Na tentativa de manter o vínculo empregatício e cumprir as exigências das empresas, tornam-se sujeitos vulneráveis por estarem expostas cotidianamente à contaminação do vírus. Porém, essa concepção tem elevado ainda mais os números de pessoas contaminadas e de mortes no Brasil, em que por variados motivos, os mais pobres estão fragilizados perante o avanço da pandemia.

Na educação, as famílias brasileiras vivenciam há décadas a precarização do sistema educacional público, que atende as classes sociais menos favorecidas. Soma-se a isso o fato de que diante da pandemia, a “solução” encontrada tem sido a oferta de um ensino remoto via internet. O problema é que nem todos os discentes dispõem dos recursos necessários para assistir aulas online. Em muitos casos, observa-se que a gestão escolar e os educadores encontram-se desprovidos de recursos e formação adequada para trabalharem com nova modalidade de ensino e, dessa forma, também se tornaram “vítimas” deste novo desafio.

A questão norteadora desse artigo é entender se o ensino remoto em decorrência da pandemia da Covid-19 irá fortalecer a educação à distância ou servirá para fortalecer os espaços educativos. Para tal objetiva-se neste texto apresentar e discutir os desafios dos professores e pais/responsáveis na prática educativa nestes tempos de pandemia. Além disso, pretende-se debater se a crise sanitária reforçou os interesses das empresas em fortalecer e ampliar a oferta educativa na modalidade à distância. O debate e as inquietações da temática são resultados das discussões dos autores, envolvidos em pesquisas debatidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí-GO.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: 1) o levantamento bibliográfico 2) aplicação de entrevistas e questionários com professores e pais/responsáveis que estão enfrentando a prática da educação remota. Os participantes são do estado de Goiás, sobretudo dos municípios de Caiapônia, Goiânia, Rio Verde, Jataí e Iporá conforme Mapa 1, cidades que os autores deste texto possuem contatos de coordenadores pedagógicos e puderam solicitar números telefônicos e e-mails de professores e pais/responsáveis dos alunos.



**Mapa 1.** Localização dos municípios dos participantes da coleta de pesquisa no estado de Goiás

**Fonte:** SIEG,2020. Org.: SILVA, S.S (2020).

A partir da permissão dos educadores foi enviado um questionário online. Os pais foram sugeridos pelos docentes e outros foram indicados pelos primeiros responsáveis participantes, na tentativa de alcançar um público mais diversos. Foi enviado para alguns pais um questionário eletrônico, todavia, nem todos responderam, por essa razão, realizou-se ligações telefônicas para entrevistá-los. Entre os desafios na coleta de dados foi que nem todos os convidados aceitaram responder as questões. Visando preservar a identidade dos participantes, apresenta-se a letra “ P” para referenciar aos professores e “R” para os pais ou responsáveis.

Cumprе ressaltar que a educação remota e educação à distância são distintas. O ensino remoto é um novo termo utilizado na crise pandêmica na qual os docentes estão criando metodologias de ensino aliado às tecnologias para que os estudantes possam ter acesso ao conteúdo escolar (LIMA E BERNARDES, 2020), enquanto que, na modalidade da EaD é necessário que os profissionais sejam habilitados para seguir as diretrizes e metodologia desta. Todavia, a LDB/1996 e os atuais documentos do Ministério da Educação (BRASIL, 2020) por vezes, ainda utilizam o termo de educação EaD para descrever as estratégias de ensino adotadas durante a pandemia.

É importante frisar que ao longo do presente texto apresenta-se a discussão referente à educação à distância a fim de fortalecer a compreensão de que o ensino remoto poderá fortalecer a ampliação desta modalidade EaD na educação básica pós pandemia.

### **Uma reflexão teórica as propostas das políticas educacionais na educação à distância**

A necessidade de isolamento social ocasionado pela pandemia do Covid-19 inviabilizou a oferta educacional em espaços físicos como as tradicionais salas de aulas e, portanto, a alternativa encontrada pelas instituições de ensino foi ofertar aulas na modalidade remota. É nesse cenário que se identifica que grupos empresariais, em princípio, têm encontrado condições favoráveis para ampliar, expandir e fortalecer projetos e parcerias com o sistema público de ensino para ofertar a EaD na educação básica após a pandemia (SOARES, 2020).

O fato é que, a situação emergencial conforme descrita na LDB/1996 permite a EaD na educação básica (Ensino Fundamental e Médio), todavia, é necessário entender que as modalidades de ensino presencial e ensino a distância são distintas e, que por isso, devem ser repensadas segundo as particularidades e especificidade dos estudantes, o que requer preparação e ações pedagógicas específicas dos educadores que atuam nestas modalidades.

A educação presencial é uma modalidade pedagógica essencial e necessária na formação educacional dos indivíduos, permitem ao educador e aluno a assimilação dos conteúdos escolares, conhecimentos não-formais, troca de valores, cultura e crenças pertinentes ao processo de formação do indivíduo (LIBÂNEO, 1994). Todavia o ensino à distância possibilita maior autonomia dos estudantes ao organizar/flexibilizar seus horários de estudo e também viabiliza o acesso ao ensino em locais que não dispõem de espaços físicos disponíveis, ao mesmo tempo que exclui sujeitos que não possuem recursos tecnológicos e/ou condições domiciliares necessários para acessar as aulas e estudar individualmente.

Entende-se por Educação à Distância (EaD) aulas que são ministradas em espaços distintos entre o educador e alunos, ou seja, modalidade de ensino não presencial. De maneira geral, os professores apresentam seus conteúdos sem nenhuma interferência e as dúvidas poderão ser enviadas por e-mail, via chat, ao findar das aulas ou até mesmo por um responsável tutor da sala EaD (ALVES, 2009; BRASIL, 2005; BERNARDES E LIMAS, 2020).

Atualmente a EaD ocorre vinculadas a tecnologia de informação e comunicação. Entretanto, essa modalidade de ensino iniciou-se por volta de 1728 nos Estados Unidos por meio de cartas, em que os alunos recebiam semanalmente correspondências de lições para estudarem em casa. Em seguida, surgiu em 1928 em vários países a Educação à Distância transmitida via rádio voltada para o público adulto (NUNES, 2009).

No Brasil, o ensino por meio de correspondência também foi instituído com as Escolas Internacionais pela filial nos EUA, que ofertavam cursos voltados para empregos em setores do comércio e serviços. Os estudantes recebiam pelos correios todo o material didático. Em 1923 com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ampliou-se a transmissão de programas com debates revolucionários, o que preocupava as autoridades da época. A emissora destacou-se na oferta da educação popular transmitida em diversas regiões brasileiras e em países da América. E, por conseguinte, entre as décadas de 1960-1970, as emissoras de televisão assumiram programas educativos (ALVES, 2009).

Na década de 1970 os computadores ganharam destaque para a ampliação da EaD, entretanto, o alto custo dos equipamentos tecnológicos não favoreceram todas as classes sociais (ALVES, 2009). Hoje, há um novo cenário, os aparelhos tecnológicos e o acesso à internet tornou-se relativamente acessível para alguns grupos sociais e, por consequência, o ensino a distância ampliou a sua oferta, principalmente em nível da Educação Superior.

No Brasil a legislação da EaD é descrita no Decreto nº 5. 622, de 2005 regulamentada na Lei e Diretrizes Bases da Educação Nacional -1996 que descreve:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Embora o Ministério da Educação permita a EaD no Ensino superior, técnico e básico, o texto do decreto orienta a necessidade de condições de acessibilidade, espaços adequados e que cumpram atividades presenciais como avaliações, estágios e defesas de cursos.

Identifica-se que ao longo dos anos, essa modalidade de ensino expandiu-se fortemente na oferta de cursos superiores. De acordo com o INEP, dados divulgados no findar do ano de 2019, houve uma expansão de cursos aprovados pelo MEC e o aumento significativo nas matrículas. Esse resultado refere-se à implementação de cursos em EaD em instituições privadas e, sobretudo, públicas (estaduais e federais) que, além de ofertar cursos presenciais, ofertam também à distância. Esse fato é resultante do Plano Nacional da Educação – PNE 2001-2011, que entre as metas foi de “Estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada” (BRASIL, 2001).

Embora seja positivo ampliar a oferta de cursos superiores no Brasil, Hermida e Bonfim (2006) destacam que a EaD é uma demanda da sociedade como possibilidade de inclusão, todavia é preciso ressaltar que essa modalidade de ensino faz parte das estratégias capitalistas que querem atender seus interesses de mercado. Os autores supracitados destacaram também os problemas estruturais presentes nesta modalidade de ensino, como os conteúdos dos cursos; ausência de alguns critérios necessários para a avaliação e projetos das instituições que ofertam o ensino; programas falhos; descontinuidade dos programas entre outros.

No que se refere educação básica, a EaD é prevista pela LDB/1996 Art 80 que “§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Neste caso, a situação de pandemia é uma situação crítica e imprevista que permite o uso neste

contexto atual. E, embora esteja ocorrendo aulas online na educação Infantil, a LDB não prevê sua legalidade.

No Ensino Médio as instituições de ensino poderão desenvolver a Educação à distância mediante a comprovação de critérios que possam aprovar a oferta desta modalidade educacional. E, mais recentemente, a EaD ganhou força com a Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a proposta de reforma de “Novo Ensino Médio”, Lei nº13.415/2017, que propõe itinerários formativos e parcerias com a iniciativa privada na oferta de EaD.

A reforma do Ensino Médio e a BNCC são estratégias que visam atender os interesses de poderosos grupos empresariais que, por sua vez, viabilizaram aulas na modalidade EaD em parcerias com instituições privadas. Segundo Silva e Souza (2009) o Estado legitima as ações das iniciativas privadas que interferem na gestão escolar, no currículo e na sustentação dos ideais capitalistas, provocando rupturas nas identidades das diversas classes sociais.

No cumprimento das normativas da BNCC e Lei nº13.415/2017, cada dependência administrativa educacional poderá ampliar a educação à distância no Ensino Médio. E, mediado pelo Decreto nº 9.619, do Governo de Goiás em fevereiro de 2020, o estado iniciou o projeto GOIÁS-TEC nas escolas rurais de 65 municípios goianos por mediação tecnológica. Os estudantes vão até a escola e assistem vídeos aulas sob a supervisão de um professor tutor. Em nota divulgada pelo site do SEDUC, o superintendente de Ensino Médio Osvany Gundim ressaltou que “o programa vem para sanar o déficit de professores habilitados em diferentes áreas de conhecimento, nas regiões de difícil acesso do Estado”. (GOIÁS, 2020).

Há questões graves no projeto de EaD em escolas públicas para o Ensino Básico, uma delas é a perda da relação presencial e pessoal entre professor e aluno. Não é possível mediar o conhecimento dos estudantes por meio de aulas gravadas e os professores tutores não são habilitados em todas as disciplinas. A segunda é, perde-se a carga horária docente, obviamente muitos educadores deixaram de serem contratados ou perderam suas horas/aulas nesta nova modalidade.

Considerando o que Souza e Clemente (2018) destacam, que há uma significativa diversidade de sujeitos (camponeses, indígenas, quilombolas entre outros) no campo, essa modalidade de educação nas áreas rurais significa marginalizar os povos locais e negligenciar o direito a uma pedagogia emancipatória.

Destarte, essa iniciativa do estado de Goiás de reduzir as aulas presenciais e introduzir aulas por vídeos faz parte da contenção de “custos” no sistema educacional e das estratégias ideológicas do sistema capitalista/neoliberal.

De acordo com Hermida e Bonfim (2006, p.179) o Ministério da Educação mantém postura estratégica na manutenção do sistema público de ensino que qualifica os alunos e contribuiu com o sistema de mercado, assegurando a produção do capital “[...] e garantindo ainda mais sua hegemonia, enquanto o que a sociedade carece é de meios e alternativas que realmente venham a contribuir para a democratização do conhecimento, não para sua mercantilização”.

Negligenciar os espaços educativos mediados presencialmente pelos educadores significa afirmar e valorizar a prática da “Educação Bancária”, entendida por Paulo

Freire (2011) como uma imposição de conhecimentos como forma de “depósito”, uma forma autoritária e mecânica, afinal os estudantes não conseguem especificar suas dúvidas e compartilhar seus conhecimentos, isto é, segundo Brandão (1984) a negação de uma educação para o povo dirigida pela elite e contra as classes subalternas.

O desafio é que as populações subalternas, que em muitos casos desconhecem seus direitos, não se manifestam como classe social “[...] o resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite acesso aos graus superiores do sistema educacional” (SILVA, 2010, p.35).

Os educadores são orientados a transmitir os ideais da classe dominante no sistema escolar por meio de políticas educacionais elaboradas pelos agentes do capital e, por consequência, os pobres não conseguem contestar as reformas educativas impostas, o que garante a manutenção do *status quo* (SILVA, 2010), isto é, os alunos são formados para serem submissos à elite e atender as demandas do mercado. Além disso, o sistema educacional público é gerenciado com a finalidade de conter custos e gerar “lucro”, ao invés de buscar ofertar educação de qualidade à população.

Por decorrência da crise pandêmica, as desigualdades no âmbito educacional tornaram-se ainda mais evidentes. Observa-se que os jovens das escolas particulares dispõem de recursos tecnológicos para acessarem as aulas via internet no período de isolamento, além disso, são famílias que residem em casas com espaços físicos adequados para os filhos estudarem, enquanto a classe pobre encontra-se alijada dos mesmos direitos.

A situação atípica da pandemia no âmbito educacional reforçou a fragilidade e as carências das instituições de ensino ao ofertarem um ensino remoto improvisado. Isso significa afirmar que, embora haja tendências neoliberais nas reformas educativas que vislumbram ampliar a modalidade de ensino EaD na educação básica, fica evidente neste atual contexto da COVID-19 que os espaços educativos presenciais não podem ser substituídos integralmente por aulas à distância. Uma preocupação levantada por Soares (2020) é que para além do uso da educação remota no período de pandemia, a modalidade EaD poderá ocorrer posteriormente de forma totalmente consolidada e estruturada na Educação Básica, uma tendência do capitalismo.

As novas tendências do capitalismo informacional, e consequentemente as novas demandas do mundo do trabalho, vêm pressionando o sistema educacional para a “inovação”. Nas avaliações dos organismos multilaterais, bem como na oratória dos que defendem um modelo empresarial de educação, a emblemática sentença “Temos escolas do Século XIX com professores do Século XX para alunos do Século XXI” vem imprimindo no imaginário social a necessidade de inovação da educação. A escola aparece como o que há de mais arcaico, seguida pelos professores (SOARES, 2020, p.7).

Quer dizer, a educação é tratada como mercadoria e cada vez mais está voltada para a contenção de custos e geração de lucro, ao passo que, ao mesmo tempo, busca-se formar mão-de-obra “semiquificada” para atender aos interesses do capitalismo. O resultado disso é sucateamento e a precarização das escolas públicas sob a hegemonia dos preceitos neoliberais. A autora supracitada menciona que a escola hoje é “arcaica”, significa que embora se tenha o uso de tecnologia, a prática educativa se volta apenas por metodologias tradicionais pautadas em exercícios correções e aulas expositivas.

Contraditoriamente, esse período de pandemia reforçou a necessidade do ensino presencial, que permite a troca de saberes e, a partir das dificuldades dos estudantes, o educador altera suas metodologias, realiza adaptações nos conteúdos, cria condições e estratégias para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, enquanto que o ensino remoto, principalmente por aulas gravadas não permite a socialização dos diversos sujeitos envolvidos na oferta educacional, conforme as investigação realizada com professores e pais de alunos descrita neste texto.

É preciso repensar as condições socioeconômicas dos educadores e educandos para ofertar ensino à distância. O acesso à internet ainda é limitado ou inacessível para muitas famílias brasileiras. Os alunos não estão totalmente aptos para estudarem nesta modalidade de ensino que exige disciplina, maturidade, recursos tecnológicos e espaço físico adequado para estudar.

É claro que na sala de aula há desafios comuns, como a indisciplina dos alunos e os conflitos entre os colegas que acabam comprometendo o aprendizado, já na modalidade remota o educador ministra suas aulas sem intervenções e, como se todos os estudantes estivessem aprendendo de forma homogênea.

É importante afirmar que agora na pandemia, a efetiva aprendizagem pouco está ocorrendo, pois, as aulas improvisadas à distância têm apresentado uma série de problemas, falhas e desafios em variadas esferas, que vão desde problemas técnicos, falta de condições de materiais, desigualdades de acesso a dispositivos para acesso à internet e às aulas, despreparo dos docentes em trabalhar dessa forma, entre outros. Porém, para os grandes empresários que vislumbram a educação à distância no Ensino Básico a oportunidade é única ao testar, validar, reorientar e corrigir as falhas das plataformas de educação digital remota neste período de pandemia. Os grandes grupos empresariais presentes na educação defendem a expansão da EaD no ensino em suas variadas modalidades por ser uma forma de ensino com custo muito reduzido, pois apenas um professor ministra aulas para vários alunos.

É importante destacar que as aulas que vem ocorrendo no período da crise pandêmica não podem ser consideradas como educação à distância prevista em legislação, isso porque a EaD requer estrutura tecnológica adequada com equipe preparada e formada para desempenhar tal função (LIMA; BERNARDES, 2020). Portanto, a pedagogia ofertada durante o isolamento social pode ser entendida por “[...] Educação Remota Emergencial. Remota porque a tecnologia tornou-se mediadora para as aulas presenciais; emergencial no que se refere a um conjunto de estratégias de ensino que têm sido pensadas e adaptadas [...]”.



Os educadores, a gestão escolar, os alunos e seus responsáveis podem traduzir essa realidade educacional em tempos de pandemia, expor suas adversidades e desafios frente à nova modalidade de ensino o que permite repensar a valorização dos espaços educativos a partir do próprio discurso dos envolvidos na oferta de ensino.

### Os professores em tempos de pandemia

A educação à Distância é uma tendência do período “técnico-científico-informacional”<sup>i</sup>, realidade presente em muitos países do mundo, viabilizada em virtude do avanço tecnológico ocorrido a partir do final do século XX e início do XXI. A modalidade de ensino EaD já era realidade no Brasil, mesmo antes da Pandemia do Covid-19, entretanto voltada com maior ênfase ao Ensino Superior e majoritariamente presente em instituições privadas. Segundo Domingues (2011, p.88) “[...] o aluno que opta por cursar a modalidade em EaD, é adulto, e como tal, possui um riquíssimo repertório de conhecimentos construídos no dia a dia de sua vida cotidiana e através de suas relações do trabalho”. Mesmo assim, há uma discussão acerca de sua real eficácia. O autor supracitado deixa uma reflexão, ao questionar se “[...]os cursos de EaD promovem de fato uma formação pronta para atender as exigências do mercado de trabalho globalizado?”. (DOMINGUES, 2011, p.92).

Por outro lado, pensando em Educação Básica, na qual o público-alvo são crianças e adolescentes o risco da EaD não ser apropriada é muito grande, afinal essa troca professor/aluno que ocorre no cotidiano de uma sala de aula é fundamental para seu aprendizado, ou seja, essa troca vivenciada permite que haja um aprendizado significativo. Além disso, considera-se essencial o ensino presencial, sobretudo, para as crianças em fase de alfabetização, pois presencialmente o professor consegue detectar problemas e dificuldades individuais e procura solucioná-los o que não ocorre no modo remoto ou EaD.

Para que o aprendizado ocorra de fato Freitas (2006) evidencia que ao professor, cabe a responsabilidade inicial de, como ponte, fomentar os seus sonhos e de seus alunos, incentivando com seus exemplos e ações, uma vez que, o prazer em aprender está no perceber e sentir visceral em devir, tendo como força motora os desejos. Isso só é possível de fato, na relação presencial professor/aluno. Entretanto, diante da Pandemia que se alastra pelo país e o mundo, as aulas presenciais são inviáveis. Sendo assim, aulas remotas são as que podem ocorrer no momento.

Na tentativa de compreender como está ocorrendo esta experiência nas aulas à distância durante a pandemia, optou-se em investigar 35 professores. Esta escolha ocorreu de forma aleatória e as indagações colocadas no questionário tiveram caráter objetivo e subjetivo. Também aplicou-se 11 questões que foram respondidas via e-mail pelo aplicativo Google forms, modelo Black Quiz.

Os participantes são da Rede Pública Estadual, Municipal e Privada, sendo que 54% dos docentes pesquisados atuam na Rede Estadual, 26% na Rede Pública Municipal e 20% na Rede Privada. Quanto às séries de atuação foram variadas, de modo que 20% dos professores atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental I (maternal ao 5º ano), 41% trabalham no Ensino Fundamental II (6º ao 9º) e 39% com o Ensino

Médio. Englobar professores de séries e redes variadas é importante, pois permite entender como está ocorrendo às aulas remotas em diferentes âmbitos escolares e em variados níveis do Ensino Básico.

Outra questão elencada foi quanto à formação dos professores e área de atuação. Identifica-se que muitos docentes ministram aulas em disciplinas que não são formados, tornando-se um desafio na prática pedagógica. A realidade educacional brasileira é que nem todos os professores atuam na área de sua formação, muitos trabalham com outras disciplinas para complementação de carga horária, ausência de profissional na área. Ao elencar as formações e atuações dos participantes nota-se, por exemplo, que a professora P8 (2020) com formação em Educação Física e Pós-Graduação em Educação Inclusiva atua nas disciplinas de Educação Física, Artes, Tópicos de Educação Física e Projeto de Vida.

Outro exemplo é a professora P15(2020) formada em História e que ministra as disciplinas de História, Sociologia, Filosofia e Geografia. Capomaccio ( JORNAL USP, 2017) afirma que boa parte dos professores no país não possuem formação específica tanto na rede pública como também nas instituições privadas principalmente no Ensino Médio em que 494 mil docentes 228 mil ministram aulas sem formação específica.

É inegável que há queda na qualidade do ensino quando um profissional atua numa área na qual não possui formação. Se lecionar uma disciplina a qual não se tem uma formação específica nas aulas presenciais não é uma tarefa fácil, nas aulas remotas esse papel se torna ainda mais desafiador, pois o professor está exposto o tempo todo o que pode evidenciar o não domínio teórico-conceitual e didático de uma área específica ao qual não tem uma formação.

Essa é uma das adversidades que existem nas escolas, porém o estado de Goiás, nesse momento de crise pandêmica está criando senso oportunista na formação tecnológica dos professores. Um dos participantes mencionou que em reunião pedagógica por parte da Secretaria Estadual de Educação de Goiás foi marcada pelo discurso de que os docentes devem-se adaptar e, realizar cursos para saberem lidar com as mídias e plataformas digitais. Essa atitude é oriunda do Parecer CNE/CEB nº 11, de 7 de julho de 2020, que ressalva a importância da formação continuada vinculada à tecnologia de informação, instigam que os educadores devem-se formar para a pedagogia à distância.

São vários conhecimentos exigidos pelo professor nesse momento, identifica-se que o domínio da sala de aula é substituído pelas mídias digitais. E, nem todos os docentes vão conseguir desenvolver essa habilidade facilmente. Para tanto, questiona-se aos participantes se eles dominam as mídias digitais. 47% dos professores responderam que sim, 38 % destacaram que razoavelmente e 15% afirmaram que não.

Todavia, não apenas o domínio das mídias digitais assegura uma boa aula nesse período, segundo Baldez (2020) do site da UFRJ em entrevista ao Professor Joaquim Silva<sup>ii</sup>, a modalidade pode ter um papel muito significativo durante a pandemia, desde que se considerem as suas especificidades. O ensino remoto requer materiais com linguagem e estética diferentes daqueles utilizados nas aulas presenciais. As formas de interação com os alunos também se dão por outros canais

e com outra demanda de tempo: “Não adianta o professor achar que fazer uma *live* resolve o problema” (BALDEZ, 2020). O desafio, pelo contrário, é imenso e exige um envolvimento muito maior do professor, “[...] que precisa ter uma formação básica como docente dessa modalidade antes de se aventurar por ela” (BALDEZ, 2020). É válido ressaltar que entre os participantes da pesquisa não há nenhuma formação em EaD.

Uma pauta muito importante na coleta de dados refere-se ao período de docência, que foram agrupados a partir do tempo de atuação. Identificou-se que 4% dos participantes atuam a menos de um ano, 24% de 1 a 5 anos, 28% de 6 a 10 anos, 36% de 11 a 20 anos e 21 a 30 anos apenas 8% dos professores. A partir dessa informação, foi possível traçar um paralelo, no qual parte dos educadores com maior tempo de docência apresentou maiores dificuldades em acessar as mídias digitais. Por exemplo, a educadora P16 (2020) com 17 anos de experiência quando questionada sobre o domínio das mídias digitais, respondeu que “não”, já o participante P10(2020) com 27 anos de docência respondeu “tenho conhecimento básico. Aprendi mais um pouco agora” e o P26 (2020) com 20 anos de docência respondeu “dá para o gasto”. As respostas demonstram que esses professores dominam as mídias digitais de forma parcial e limitada.

Identificou-se também os desafios/dificuldades das aulas ministradas no ensino remoto. A professora P14 (2020) leciona português para o Ensino Fundamental relatou que: “Falta estudos na modalidade EaD por parte de professores e estudantes; falta de interesse por parte dos discentes; falta de formação específica para esse tipo de atuação”. O professor P1(2020) destacou a ausência de instrumentos próprios para acesso as aulas, “os desafios é a falta de compromisso dos alunos, poucos possuem internet de qualidade, assim as aulas com vídeos precisam ser remodeladas a textos simples e diretos” (P1, 2020). Ainda sobre os desafios/dificuldades da Educação Remota o docente P4, (2020) destacou a ausência de equipamentos adequados voltados a prática de educação.

Outro problema, muito citado pelos pesquisados, refere-se à falta de feedback dos alunos e a impossibilidade dos docentes em identificar as dificuldades de aprendizagem dos discentes e assim propor atividades específicas e adequadas. Para a professora P2 (2020) “creio que o maior desafio é a questão do aprendizado dos alunos. É muito difícil não ter o contato com eles para poder explicar os conteúdos. Isso faz com que eles tenham muitas dificuldades”. De acordo com docente P8 (2020) a maior dificuldade é “a interação com os alunos”, o professor P13(2020) que trabalha na rede privada de ensino destaca que o maior desafio é a, “adesão/participação dos alunos”.

Esses relatos confirmam o quanto o ensino está sendo comprometido nesse momento, atingindo todas as esferas educacionais, sobretudo os alunos da rede pública que serão mais prejudicados devido a vulnerabilidade econômica e social que estão expostos, às desigualdades, tão típicas em países subdesenvolvidos e que podem ser observadas na fragilidade da educação básica brasileira.

Procurou entender também se os professores acreditam que os estudantes conseguem ter um bom aprendizado a partir das aulas remotas. Entre os 35 participantes, somente 9% afirmaram que sim, 38% ressaltaram que parcialmente, dependendo de alguns fatores e variando de aluno e 53% professores destacaram

que não há aprendizado. Sobre a questão destaca-se a afirmação do professor que os alunos “não conseguem pegar quase nada. Vemos os esforços das coordenadoras em ajudar a colocar o aluno online, mas tem um ou outro que consegue aprender assim a turma fica prejudicada” (P1, 2020). Observa-se que os coordenadores, secretários e diretores exercem suas funções pedagógicas diariamente, ligando para pais e alunos de modo a incentivar a participações destes nas aulas.

Alguns docentes declararam que o aprendizado de fato só ocorrerá presencialmente, pois, a relação professor e aluno é essencial. O ensino remoto é uma ferramenta de auxílio. Creio que nada irá substituir um professor presente em sala de aula com seus alunos” (P2, 2020). “Ameniza as lacunas, mas os alunos ainda têm muitas dificuldades diante da falta presencial do professor” (P15, 2020). Respostas como essas demonstram que os próprios professores estão compreendendo que são imprescindíveis na relação ensino/aprendizagem e, que a relação presencial com seus alunos é o que resulta em conhecimento. Essa situação, mesmo sendo devido a uma crise sanitária, está resgatando relativamente o real valor do profissional professor, uma vez que há uma desvalorização deste.

Questionou-se também aos educadores se poderiam compartilhar alguma experiência positiva ou negativa das aulas remotas com seus alunos. As respostas foram variadas, 24% dos professores citaram aspectos positivos e negativos, 35% professores informaram apenas aspectos negativos e 41% somente positivos.

Quanto às respostas elencadas sobre as experiências positivas ou negativas, há um consenso entre os pesquisados sobre a dificuldade de acesso ou meios adequados para tal, pois no país nem todos têm acesso à internet de qualidade ou aparelhos que permitam participar de todas as atividades propostas.

Por outro lado, existe um grupo expressivo de professores que percebe o lado negativo desse processo, como: a baixa adesão dos alunos as aulas, o desinteresse, a carga horária mais extensa e por isso exaustiva, pois nesse formato de aula os alunos acabam enviando atividades a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, “obrigando” os professores a trabalharem além de suas cargas horárias ou ainda por terem que elaborar várias atividades diferentes para atingir o número máximo de alunos possíveis e, alguns professores acreditam que esse tipo de aula não deveria ocorrer para alunos do Ensino Fundamental ou Educação Infantil.

Diante desses desafios e da própria imaturidade dos estudantes em lidar com essa modalidade de ensino, questionou aos professores se os pais estão participando mais da educação dos alunos neste período de pandemia. 40% responderam que sim, que há uma maior participação deles nesse momento, 40% acreditam que não e 20% responderam que parcialmente. O professor P15 (2020) destacou que “sim, hoje é fundamental essa intermediação entre pais, alunos, professores para termos uma boa educação”. Já o participante P19(2020) afirma que “sim não há como negar, porém, muito distante do que seria adequado para a interação pais/filhos/escola.” P27 (2020) destacou que “sim. Achei ótimo, pois vão valorizar mais os professores.”

Alguns professores demonstraram revolta quanto à participação dos pais, exemplo à professora P11(2020), ao externar que “estão sendo obrigados a isso, mas boa

parte continua como antes e como vão ser sempre”. O professor P13 (2020) que atua na rede privada destacou que os pais estão “reclamando e exigindo atividades que justifiquem o pagamento da mensalidade ou questionando a continuidade dessas, em vista do sistema de realização das aulas”.

A crise pandêmica afetou toda a sociedade e, é difícil conscientizar a população que a classe trabalhadora depende dos seus salários para se sustentarem e, infelizmente existem grupos com maior poder aquisitivo que estão apenas preocupados com seus próprios interesses, conforme fica evidente nos argumentos do professor P13(2020) exposto anteriormente.

Ao findar das questões, buscou-se compreender se os professores acreditam que esse ensino remoto poderá substituir as aulas presenciais transformando na modalidade EaD. Apenas 6% acreditam que sim, enquanto 94% acreditam que não. Alguns participantes destacaram que ela poderá ser uma ferramenta a mais para auxiliar o professor no ensino/aprendizagem, como o educador P7 (2020) ao afirmar que: Não. Acredito que as aulas presenciais são de grande valia, pois permitem aos alunos retirarem suas dúvidas e perceberem a partir de onde estão errando. (P7,2020). Ainda o docente P4 (2020) destacou que a sociedade brasileira não dispõe de recursos para estudarem nesta modalidade e nem estão preparados para tal, além disso, o professor destacou que “esse tipo de educação requer muita disciplina, isso é um dos principais problemas dos alunos hoje”

Uma informação importante identificada nas respostas dos participantes remete-se a crianças menores que são muito dependentes, principalmente no período de alfabetização, nessa fase a presença do professor é primordial. Já no Ensino Médio, alguns professores acreditam que possa sim aderir essa modalidade de ensino, inclusive no estado de Goiás, algumas escolas da zona rural, essa forma de ensino já vinha sendo colocada em prática, mesmo antes da pandemia.

No contexto atual político que o país está inserido e as políticas neoliberais que visam implantar cada vez mais medidas em acordo com os interesses das classes dominantes, a educação pode sim tornar-se cada vez mais uma “mercadoria”. O lançamento de plataformas digitais e softwares por grandes corporações com valores vultuosos já se fazem presentes em contratos com o Poder Público para fornecer este tipo de serviço. O professor P13 (2020) demonstra essa preocupação ao externar que:

A depender do projeto de educação, sim a EaD poderá substituir as aulas presenciais. Se for um projeto liberal, tecnicista é plenamente possível. Todavia, se for um projeto progressista, pautado na Pedagogia/Geografia crítica (de orientação marxista) e no socio-construtivismo (Vigotski), jamais será possível.

A preocupação do docente P13 (2020) é realística, embora o papel docente seja insubstituível, a política neoliberal torna-se oportunista na crise pandêmica ao lançar novas plataformas pedagógicas digitais. Segundo a nota divulgada pela Secretária de Educação do Estado de Goiás-SEDUC, a tendência é para o ensino

híbrido que significa aliar metodologias presenciais e tecnológicas. Além disso, houve-se propostas para que o docente pudesse duplicar sua jornada de trabalho. Isso significa que o professor atuaria em duas modalidades, continuaria a ministrar e enviar atividades para os alunos que dispões de recursos tecnológicos e outra parte dos estudantes retornariam para a escola. O descaso com profissional professor torna-se ainda mais evidente.

De uma forma geral, a maioria dos professores acredita que esse momento está reforçando a importância do professor em sala de aula para que o ensino/aprendizagem ocorra de fato. Neste sentido, o professor P15(2020) respondeu que “esse período que estamos passando, mostra justamente que estamos amenizando problemas, mas o aprender com qualidade é necessário à presença do professor no cotidiano do aluno”.

Entender como os pais ou responsáveis estão percebendo esse momento, suas principais preocupações e anseios são de suma importância para compreender se a atual situação de pandemia, que tem levado à necessidade da educação remota, tende contraditoriamente a fortalecer os espaços educativos físicos, ou serão substituídos cada vez mais por uma pedagogia EaD.

### **A percepção das famílias sobre a prática educativa em tempos de pandemia**

A participação da família na formação escolar das crianças e jovens é fundamental para o desenvolvimento cognitivo destes. Todavia, identifica-se que os pais estão cada vez mais envolvidos no trabalho, uma exigência do mundo capitalista, comprometendo o acompanhamento educacional de seus filhos. Outrossim, compreende-se que a decisão de ter filhos requer consciência e responsabilidades que vão além da assistência financeira.

Entre as responsabilidades dos pais está o dever de educar, cuidar e orientar a vida escolar dos seus filhos. Destarte, Ciríaco e Zenerati (2015) ressaltam que muitas famílias ainda possuem a ideia de escola como espécie de “creche” e os professores são reconhecidos por “babás”. Por consequência, muitos pais ou responsáveis tornam-se alheios a toda a vida escolar da criança.

E, repentinamente, os pais/ou responsáveis tiveram que se adaptar à nova realidade educacional neste período de pandemia. Para além do mundo do trabalho, as famílias precisaram se organizar para que a educação escolar dos seus filhos ocorresse, no momento atual, em casa. Isso tem exigido maior dedicação, tanto dos alunos, como de todos os demais membros da família.

Estudar em casa no período de pandemia exige disciplina, espaço físico, recursos tecnológicos necessários para participar das aulas online e o acompanhamento dos responsáveis. Os jovens da educação básica são dependentes dos pais e necessitam diariamente de orientações familiares. Entretanto, essa não é uma realidade possível, já que muitas famílias estão totalmente desestruturadas e, por consequência, a criança cresce sem referência na sua formação, restando em muitos casos, à figura do professor como principal agente em seu crescimento educacional. Por outro lado, há pais que deixam seus filhos na escola e esperam que os educadores e gestores assumam total responsabilidade.

Essa mudança na rotina da vida familiar e dos indivíduos foi relatada por pais ou responsáveis que participaram da entrevista e questionário. Obteve-se a participação de 43 responsáveis, destes 93% são mulheres e, das quais 86% são mães, 7% são homens e 14% assinalaram outro grau de parentesco. Identificou-se que 60,5% deles possui idade entre 31-40 anos, outro grupo de 23,3% com idades variando entre 41-50 anos e, um terceiro de 22-30 anos perfazendo 14% dos pesquisados e, por fim, com idade inferior a 22 anos apenas 2,2%. O nível de escolaridade dos participantes em sua maioria é de 53,5% formados até o Ensino Médio, 41,9% com Educação Superior e 4,6% Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).

Constatou-se que 47% dos responsáveis estão em isolamento social, sendo que 31% destes estão desempregados e 16% são professores ou exercem trabalho em suas residências como cozinheira, costureiras ou auxiliar administrativo que estão realizando trabalho remunerado em casa. Outros 38,1% destacaram que estão cumprindo o isolamento de forma parcial e 14,3% continuam com suas rotinas empregatícias normalmente.

Os pais ou responsáveis que continuam em vínculo empregatício enfrentam desafios maiores por ter que acompanhar mais de perto as atividades escolares dos filhos e necessitam deixá-los com algum familiar (avós, tia e irmãos mais velhos) ou contratam babás para cuidar destes. Uma mãe ressaltou que deixa suas crianças “com várias pessoas da família. Cada dia é uma luta para encontrar alguém para olhar. Às vezes preciso trazer para o trabalho. Outras pago uma babá pra ficar” (R1, 2020).

Para além das obrigações domésticas e cuidados com todos os membros familiares, a mulher se inseriu no mercado de trabalho para contribuir com as despesas mensais, uma conciliação desafiadora. A realidade mencionada pela mãe é discutida por Silva (2017) ao identificar que em muitas situações a mulher se torna a provedora do lar e, muitas delas são solteiras e acabam deixando os filhos sozinhos ou contratam uma ajudante para cuidá-los, o que poderá trazer problemas comportamentais em suas crianças, pois estão sendo educadas por outra pessoa que carrega outros valores culturais. Essa é uma realidade das famílias e, a estruturação produtiva do sistema capitalista molda o comportamento da sociedade formando novas relações sociais no núcleo familiar.

Agora, os responsáveis foram surpreendidos com a necessidade do isolamento social no âmbito escolar e tiveram um novo desafio. Os estudantes necessitam acessar aulas via internet por meio de programas e aplicativos disponíveis em celulares e computadores. Os alunos do Ensino Infantil dependem ainda mais dos familiares, que passaram a ter essa tarefa como adicional em sua rotina diária.

Por essa razão, questionou aos responsáveis se eles e seus filhos conseguem lidar com os meios eletrônicos. 58% ressaltaram que sim, 33% parcialmente e, apenas 9% afirmaram que pouco. Além disso, 86% destacaram terem acesso à internet e 14% ainda não dispõem desse recurso. É válido ressaltar que embora seja um percentual alto de famílias que desfruta deste serviço, alguns familiares enfatizaram que tiveram que contratar o serviço de banda larga para atender à necessidade dos filhos, já outros mencionaram que a conexão é limitada.

Embora o número de participantes seja limitado, sabe-se que a realidade nacional é desafiadora. A crise sanitária reforçou as desigualdades sociais, existem estudantes que não dispõem de recursos necessários para assistir ou realizar atividades, principalmente pela falta de acesso à internet. Segundo o IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) até 2018, 14.991 mil domicílios do país não tinham acesso a este serviço. Entre os motivos se destacaram a falta de interesse, o elevado custo, sendo que alguns moradores mencionaram que não sabiam utilizá-la, além do que, para alguns o serviço é indisponível em sua localidade e, por último, afirmaram que em suas casas não há equipamentos/dispositivos eletrônicos para a utilização da internet. (IBGE,2018).

Para ter o acesso aos conteúdos escolares, alguns estudantes necessitam copiar as atividades do caderno e realizar a devolutiva para o professor via foto em aplicativos do celular, outros vão à escola semanalmente e buscam as atividades conforme o relato dos responsáveis: “Eu vou pego algumas atividades impressas na escola para os pequenos. Pego segunda e devolvo as questões sexta” (R 2, 2020) “Sim. Eu pago para imprimir as tarefas e ajudo eles a noite (R 3, 2020). Também existem alguns alunos que estudam no campo e os motoristas levam os materiais impressos em suas casas.

De acordo com os dados levantados, 47% dos participantes utilizam o celular para acessar as atividades e aulas, seguido por 40% que dispõe de computadores e, uma pequena parcela de 13% que buscam os exercícios e textos na escola ou a coordenação entrega para os discentes em suas residências, situação específica das instituições de ensino das áreas rurais. Compreende-se os esforços das unidades escolares ao enviar exercícios para os estudantes que vivem no campo, alunos que se encontram em desvantagens por residirem em locais de difícil acesso à internet ou pela instabilidade ou quedas do sinal, comprometendo as pesquisas dos conteúdos.

Neste período de pandemia, é imprescindível que os pais e responsáveis acompanhem seus filhos em suas atividades escolares. Porém, dos pesquisados 51% responderam que ajudam os jovens nos exercícios, outros 35% afirmaram que parcialmente e, 14% destacaram que não. Alguns justificaram que seus filhos estão no Ensino Médio e são dedicados e conseguem resolver sozinhos suas atividades escolares. Sobre esse assunto uma mãe relatou “Eu ajudo porque eles são muito pequenos, às vezes quebro a cabeça, daí mando mensagem para a professora e ela explica”. Ajudo nas atividades à noite depois que chego do meu trabalho”. (R4, 2020). As Fotografias 01 (A e B) a seguir demonstram a realidade dos responsáveis ajudando seus filhos.





Fotografia 1 (A e B) - Mãe e filhos nas atividades escolares

Autor: PEREIRA, R.S, 2020      Autor: ALVES, G. J, 2020.

Observa-se na Fotografia 01/A que a família dispõe de recursos necessários para ajudar seus filhos na atividade escolar, nota-se que eles possuem espaço físico adequado, computador e até mesmo impressora para imprimir os exercícios das crianças, enquanto que, na Fotografia 01/B, que foi disponibilizada por uma mãe que reside no campo, observa-se que ela persiste em ajudar a filha apenas pelo celular em um local adaptado no quintal da casa para a filha estudar. Apesar das diferenças materiais, ambas estão empenhadas em acompanhar os filhos nas tarefas escolares.

É importante destacar que a participação dos familiares na vida escolar dos filhos deve ser exclusiva em todos os anos de formação, principalmente na educação básica, seja em período de pandemia ou não, é necessário, conforme Paro (2011, p. 19) “[...] intercomunicação entre educadores escolares e os pais ou responsáveis do estudante para promover um mínimo de compatibilidade entre a forma de educar de ambas as partes, de modo a incrementar a eficiência do ensino”, isto é, responsabilidade que deverá ser cumprida pelos responsáveis.

Questionou-se também aos responsáveis se os estudantes mantêm focados e, apenas 5% afirmaram que o filho é disciplinado e não se distrai, já 95% deles ressaltaram que durante as aulas os alunos ficam distraídos, inclusive relatando que: “Se distrai frequentemente” (R 5, 2020). “Se distraem muito; as tarefas têm gerado muito stress em casa” (R 6, 2020). “Eles são pequenos. Passo os desenhos algumas tarefas, mas não consigo ajudar igual a professora” (R 7, 2020). “Infelizmente não sei responder porque no horário que ela está estudando eu estou trabalhando” (R 10, 2020).

As considerações dos responsáveis são diversas, porém, nota-se a ênfase de forma geral na fala dos participantes na problemática dos filhos em se manterem concentrados nas aulas e atividades. Esta situação é bastante comum, que segundo Kenski (2005, p.73), “os alunos, isolados, em interação exclusiva com o computador e o conteúdo, dispersam seus pensamentos. O uso continuado e isolado da mídia cansa e os alunos logo desanimam”. Quer dizer, ficar horas na tela do celular ou

computador sozinho para realizar atividades e participar de aulas não é uma tarefa fácil, se ficar na sala presencial em interação com os colegas e professores por um período do dia já dispersa as crianças e jovens, imagina estar em casa sozinho estudando apenas pelas mídias digitais.

Torna-se um estresse, conforme um dos participantes mencionou, o jovem simplesmente poderá ignorar as aulas, substituindo-a por outros afazeres em casa, como na realização de alguma atividade doméstica, comer, dormir durante a explicação do professor, assistir televisão, brincar, conversar com os membros familiares, dentre outros. Obviamente, pode-se afirmar que são situações comuns neste período de isolamento social, afinal alguns pais não ficam em casa e estão no trabalho, conforme relato do responsável 10 (2020).

Os ambientes digitais podem ser ricos para o processo de ensino e aprendizagem, mas é necessário uma série de metodologias aliadas com aulas presenciais para enriquecer os conhecimentos dos estudantes. Um participante mencionou que são muitas aulas pelo celular o que se torna extenuante contribuindo para que o aluno se distraia facilmente.

Esses relatos fortalecem e reforçam a importância dos espaços educativos presenciais e da presença do professor, pois os pais não são habilitados ou formados para atuar nas diversas disciplinas escolares, sendo que os alunos não dispõem de maturidade suficiente para se organizarem de forma autônoma e disciplinada em aulas remotas. O debate e as discussões na sala de aula são fundamentais para que o educando possa discernir e compreender os diversos conhecimentos científicos necessários para a sua formação.

Outros responsáveis mencionaram também como desafio das aulas remotas que: “Eu não consigo ajudar eles igual a um professor” (R 18, 2020). “Preciso estudar antes organizar o material para eles” (R 19 2020). “Tudo muito complicado, eu não tenho tempo para ensinar, eles ficam muito distraídos, com preguiças na hora de fazer, pois só tenho tempo a noite” (R 20, 2020). “O mais difícil é o distanciamento dos colegas, o que estava ajudando muito no desenvolvimento social de meu filho. (R 21, 2020). “O mais difícil é manter a mesma dinâmica que eles tinham na sala de aula” (R 24, 2020). “A escola enche de atividades e tarefas como se o aluno já soubesse toda a matéria” (R 27, 2020).

Entre os desafios que se destacam na fala dos participantes, é a ausência do professor para explanar os conteúdos e atividades. Um dos responsáveis até acrescentou nas suas dificuldades em organizar material para seus filhos estudarem. Outro destacou que eles ficam “distraídos e com preguiça”. Essas situações reforçam ainda mais a importância crucial do papel do docente na formação de crianças e jovens, talvez essa seja a primeira vez na vida dos pais, de fato, acompanham a vida escolar dos filhos e, isso tem sido um novo enfrentamento, no qual as variadas dificuldades e desafios que surgiram assustam alguns responsáveis.

Claramente relatos como estes, favorecem o debate do autor António Nóvoa (2017), ao instigar a ideia de que é preciso firmar a posição e profissão docente e não regredir. Segundo ele, “[...] a possibilidade de atribuir funções docentes as pessoas que tenham “notório saber” de uma dada matéria, como se isso bastasse,

também contribui para o desprestígio da profissão” (NÓVOA, 2017, p.1109). Que essa experiência da crise pandêmica possa contribuir no discernimento da população, que não se constrói uma educação sólida sem a figura do professor, um profissional que dispõe de anos de experiências e formação acadêmica, sujeitos que lutam diante das políticas públicas que omitem seus direitos e, em muitas situações são marginalizados pela própria sociedade.

O ambiente escolar é um campo minado de adversidades, todavia é o espaço que pode proporcionar segundo Paro (2011) motivação, atividades culturais, experiências dos professores e aluno, debates, reflexões e diversas discussões do âmbito social. A importância dos espaços educativos pode ser observada na fala do responsável 21 o qual afirma que seu filho se apresentava bem na escola pelo relacionamento social entre colegas e professores.

Observa-se também as dificuldades, frustrações e ansiedades das famílias em lidar com processo de ensino e aprendizagem, uma responsável desabafou ao afirmar que: “Nós mães não sabemos a maneira correta de ensinar, não estudamos para isso. E estão jogando toda responsabilidade com a educação dos nossos filhos em cima de quem não tem preparo para lecionar. (R 13, 2020).

Naturalmente, as crianças não conseguem discernir de fato que a escola agora será na sua casa e necessita de um educador que possa orientá-lo, por sua vez, os pais estão despreparados para exercer e se sentem frustrados, além disso, muitos deles não dispõem de tempo para isso. O fato é que, dada à complexidade do contexto atual do Brasil e do mundo, não é possível resolver de imediato uma segura volta para escolas, sendo que os pais/responsáveis não estavam preparados para assumirem este papel agora e nem os educadores para estas aulas via internet. Portanto, espera-se que a crise sanitária possa fortalecer o discernimento da população que vivemos diante de situações imprevistas e, conforme elucidada Edgar Morin (2011, p.80) é preciso enfrentar as incertezas desse mundo incerto “[...] esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável”.

Em virtude de toda a situação adversa neste período de aulas remotas, os responsáveis afirmaram que essa modalidade de ensino não poderá permanecer após pandemia. Dois participantes mencionaram que: “A interação social entre as crianças e os professores fazem parte da educação deles e isso não pode ser substituído após quarentena” (R 10, 2020). “A qualidade de ensino não é a mesma quanto a aula presencial. O Empenho da escola é muito bom. A capacitação dos docentes para a aula é fraca” (R 28, 2020).

A maioria dos professores não foram formados e nem tiveram capacitação em EaD. Mesmo que tivessem uma formação específica, as escolas não dispõem de estrutura para atender os estudantes das redes do ensino público nesta modalidade. Há inúmeras variáveis envolvidas, dentre elas muitos docentes não conseguem preparar aulas em vídeos, alguns por falta de recursos necessários ou pelas dificuldades em trabalhar com os diversos programas e aplicativos existentes.

Também solicitou aos pais/responsáveis que relatassem experiências positivas ou negativas ocorridas durante as aulas. Algumas famílias pontuaram como positivo a participação deles na vida escolar dos seus filhos ao externar que: “Eu fiquei mais perto dos meus filhos, comecei a acompanhar eles nas atividades da escola” (R 29,

2020). “Positiva: mais contato com a família; Negativa: o pais não são professores” (R 30, 2020). “O lado positivo é que fiquei mais tempo com eles” (R 31, 2020). “O trabalho de pais e filhos que estamos vivendo” (R32, 2020).

Embora haja desafios e limitações, as famílias podem acrescentar no tempo de estudo dos alunos a educação que envolve ajudá-los na “[...] concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática” (LIBÂNEO, 1994, p. 23). Quer dizer, preparar os filhos para lidar com as situações diversas, incentivar outras literaturas e impor responsabilidades diárias e monitorar constantemente suas ações. Assim, a persistência dos pais ajudará na formação pessoal destes e isto exige planejamento das tarefas dos membros da família.

Esse período também tem sido momento oportuno para os estudantes criarem maior autonomia. Sobre isso, um responsável destacou que sua filha de seis anos está bastante responsável nas atividades escolares, porém o outro filho de cinco anos não consegue assistir vídeos aulas e acaba chorando e afirma que: “ o resultado é que dispersa muito, as tarefas não rendem e ele fica frustrado e eu também (R, 33, 2020).

É bom que os pais não se cobrem tanto de si e de seus filhos, ainda mais das crianças que estão na fase do Ensino Infantil. Além disso, é preciso rever o tempo em que as crianças e jovens dedicam às mídias eletrônicas. Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria, o uso da tecnologia necessita de limitações de acordo com a idade. Crianças de até cinco anos não podem ficar mais de uma hora assistindo vídeos. Além disso, é importante prevenir, pois o uso abusivo das mídias digitais poderá acarretar nos jovens e crianças “[...] obesidade, distúrbios do sono, lesões articulares, problemas posturais, alterações da visão, perda auditiva, transtornos comportamentais e mentais dentre outros [...]” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2016, p.40).

Cada unidade escolar desempenha suas ações pedagógicas de acordo com a gestão administrativa e, obviamente, existem as limitações dos docentes frente a nova modalidade de ensino. É nítido que os pais sentem o peso da nova modalidade de ensino, espera-se que essa situação de crise possa fortalecer a participação das famílias na escola e que a sociedade possa reconhecer o valor do papel social/profissional que a gestão escolar e os professores realizam diariamente na formação das crianças e jovens.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As dificuldades que permeiam a educação na crise da Pandemia não são apenas dos pais/responsáveis, alunos e dos professores, na verdade toda a sociedade também passa por momentos de grandes aflições e incertezas. É necessário reafirmar o quanto não há ou não havia preparação para a modalidade de ensino remoto no país, exceto em algumas instituições privadas de ensino superior que já trabalham esta modalidade há alguns anos. O despreparo implica todos os agentes envolvidos: professores; equipe gestora; alunos; pais ou responsáveis; Secretarias da Educação e até mesmo a rede privada, todos aprendendo a lidar com essa nova realidade.

Verificou-se que a pandemia, num primeiro momento, abriu excelente oportunidade para os grandes grupos empresariais que atuam na educação privada e que prestam serviços ao setor público, expandir futuramente a atuação da lucrativa educação em EaD, que já vem, inclusive sendo prevista na BNCC para ocorrer no Ensino Médio. Porém, essa crise pandêmica, escancarou a realidade precária em que se encontra significativa parte das escolas públicas, as péssimas condições materiais e de vida de considerável parte dos estudantes brasileiros, além disso, identifica-se a falta de preparo dos pais em acompanhar o estudo dos filhos em seus domicílios ou ausência destes, pois muitos deles precisam trabalhar e sequer dispõe de tempo para isso.

Infere-se, que esta situação, se abre como um “grande laboratório” para os grupos empresariais testarem e aprimorarem as tecnologias em EaD, por outro lado, paradoxalmente, pode levar a sociedade a desacreditar nessa modalidade de ensino, face à realidade de precariedade, limites e desafios que estão sendo enfrentados, sobretudo na educação básica.

Os professores mais uma vez tiveram que se adaptar a novas demandas no âmbito educacional, todavia, identifica-se que na modalidade de ensino remoto ampliaram suas cargas horárias de trabalho ao enfrentar dificuldades ao lidar com aplicativos eletrônicos para ministrarem aulas. Por sua vez, os estudantes dispõem de recursos limitados no que refere a equipamentos eletrônicos e acesso à internet, comprometendo a participação destes em aulas remotas.

Identificou-se também nos participantes responsáveis a frustração e a ansiedade, ao lidar com o processo de ensino escolar em casa, contraditoriamente, tornando cada vez mais visível a importância das unidades escolares e da atuação dos professores na formação dos filhos. Cumpre-se ressaltar que, embora os familiares entrevistados apresentem relativas condições e acesso a aulas, acredita-se na existência de alunos que vivem realidades ainda mais precárias, ou seja que não dispõem de recursos mínimos e necessários para participar de aulas remotas

É importante destacar que a educação escolar é um campo de desafios que perpassa por marginalização, violência, indisciplina, diversidade de sujeitos, comportamentos sociais e culturais distintos, além das adversidades das políticas públicas educacionais, que não atendem de forma satisfatória as necessidades dos educadores e alunos. E, embora existam tendências neoliberais que objetivam ampliar a EaD no ensino básico, as unidades escolares ainda se constituem em espaços de lutas e conquistas e, sendo imprescindíveis para o âmbito educativo, já que o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer de forma coletiva.

É essencial destacar que o momento da crise pandêmica é oportunista para os professores reforçarem a valorização das ciências ministradas. Por exemplo, a Geografia favorece no entendimento de como as classes sociais, como as distintas regiões do país são afetadas pela disseminação do vírus, além de poder demonstrar como o vírus se espalhou seguindo a estrutura logística de transportes do país e a rede urbana. A História explica o contexto histórico e a atuação das pandemias ao longo dos séculos. A Biologia, por sua vez, ensina sobre o comportamento do vírus nos indivíduos, a Matemática reforça as projeções futuras da contaminação e como podem ser evitadas, entre outras ciências e debates.

Assim, espera-se que o enfrentamento, os desafios e as perdas com o vírus do COVID-19 possam reforçar ao discernimento dos alunos, pais ou responsáveis e a sociedade em geral que a ciência é a única saída da crise pandêmica e, é nos espaços educativos que é possível dar valor ao conhecimento científico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

BALDEZ, C. Pandemia expõe impasses a educação a distância. **UFRJ notícias**, 13/05/2020. Disponível em: < <https://conexao.ufrj.br/2020/05/13/pandemia-expoe-impasses-da-educacao-a-distancia> > acesso em: 24. Ago.2020.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. Ed. Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm) >. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, 2019.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) > Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394/1996. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) > Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11**, de 7 de julho de 2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020> Acesso em: 2 set. 2020.

CAPOMACCIO, S. Professor sem formação específica, problema a ser solucionado. **Jornal da USP**, 03/02/2017. Disponível em: < <http://jornal.usp.br/atualidades/professor-sem-formacao-especifica-problema-a-ser-solucionado> >. Acesso em: 23 agos.2020.

CIRÍACO, K. T.; ZENERATI, F. R. Professoras da Educação Infantil e os princípios do cuidar/educar na prática docente. **Revista Formação Docente**. v. 7, n. 2, 56-70, 2015.

DOMINGUES E. Paulo Freire e à Educação à distância. **Anuário da produção acadêmica docente**. V.5,n.13, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, N. G. **Pedagogia do Amor- Caminho da libertação na relação professor-aluno**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2006.

GOIÁS. **Secretaria de Estado da Educação**. Programa GoiásTec é aprovado pela Assembleia Legislativa, 2020. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/educacao/programa-goiaotec-e-aprovado-pela-assembleia-legislativa/>> Acesso em: 04 julh.2020.

HERMIDA, J. F.; BOFIM, C.R. S.A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006.

KENSKI. V.M. Das salas de aula aos ambientes virtuais de aprendizagem. 05/2005. FE/USP. -. **SITE. Educacional**. Disponível em: [www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/030tcc5.pdf](http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/030tcc5.pdf). Acesso em: 20 agosto.2020

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018**. Disponível em:<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf) &gt; Acesso em: 15 julh.2020.

LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, I. C; BERNARDES, M. Do caos à pandemia: Educação Emergencial em Escolas do Campo. In: Soares, S.B.V, et al. (Orgs.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NOVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cad. Pesqui**. São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, Dec. 2017 .

NUNES, I.B A história da EAD no mundo. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PARO. V. H. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. -1. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, M. V. SOUZA, S. A. Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009.

SILVA, M. D R. A mulher no mercado de trabalho: a busca pela quebra de paradigmas impostos pela sociedade. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, v. 6, n. 1, jun. 2017.

SOARES, S.B.V. Coronavírus e a modernização conservadora da Educação. In: Soares, S.B.V, et al. (Orgs.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital**. Manual de orientação – Departamento de Adolescência. 2016. Disponível em:< [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf)> Acesso em: 20 agosto.2020

SOUZA, T.R. de; CLEMENTE, E. C. As orientações curriculares oficiais e a proposta da educação no/do ou para o campo. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia - MG v. 19, n. 65, Março 2018 p. 312–327.

---

<sup>i</sup> Conceito criado pelo geógrafo Milton Santos. Disponível em: SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

<sup>ii</sup> Joaquim Silva trabalha com EaD no curso de licenciatura em Química da UFRJ há mais de 10 anos.